

# **“Eu penso” – Uma leitura da Ética moderna no universo simbólico da filosofia da subjetividade, conforme os pensamentos de Descartes e Hobbes**

*Davi Mendes Caixeta\**

## **Resumo**

Eu penso! Nunca essa expressão ganhou tanta força na história da humanidade como no nascimento da modernidade. Desde o encontro da filosofia grega com a tradição bíblico-cristã já havia a formulação do *cogito*, conforme Agostinho. Contudo, a condição do ser humano diante de todo o universo nunca ganhou um papel de tamanha relevância como ocorreu com a formulação do *cogito* cartesiano. Esse grande prestígio do ser humano a partir da modernidade é explicado pelas transformações que ocorreram no nível da racionalidade. Entre as consequências, houve o deslocamento do ponto central do pensamento filosófico, antes baseado numa visão ontológica e na busca pela inteligibilidade do ser, para uma visão antropológica, em que o próprio ser humano é posto como referência do universo epistêmico. A modernidade representou a passagem de um paradigma organicista para um paradigma mecanicista. No plano da Ética, essas transformações paradigmáticas são consideradas como o divisor de águas e o fundamento de uma Ética moderna, definida pela consciência primordial do dever-ser. Diante disso, identificam-se duas principais correntes resultantes dessa nova racionalidade mecanicista: a ética racionalista cartesiana e a ética empirista hobbesiana. Descartes tentou elaborar uma nova moral baseada na sabedoria, ou seja, no conhecimento verdadeiro almejado pelo sujeito, obedecendo às regras do método, a fim de garantir uma maior transparência à razão. De forma diferente, Hobbes formula um sistema ético totalmente inserido no pensamento político, destacando a passagem da sociedade do estado de natureza para a sociedade civil, fundamentando sua Ética na razão das leis de natureza que, por sua vez, desdobram-se nas leis estabelecidas pelo contrato social. Assim, tanto Hobbes como Descartes fazem uma reconstrução de um novo universo ético, abrindo as portas da sociedade ocidental para a Ética moderna. O mecanicismo como uma nova forma de racionalismo está presente tanto na moralidade cartesiana como na moralidade hobbesiana. Em ambos os pensamentos há uma prioridade desempenhada pelo sujeito: “Eu penso”.

---

\* Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Graduando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE.

Porém, Descartes deu relevância para o aspecto da alma, constituindo uma ética de cunho totalmente racionalista. Já Hobbes deu uma relevância para o corpo, enquanto indivíduo e também como sociedade, afirmando o empirismo. São essas as duas vertentes pioneiras da Ética moderna que possibilitarão o desenvolvimento e a maturidade do pensamento moral no decorrer da história da humanidade.

### **Palavras-chave**

Ética moderna. Descartes. Hobbes.

### **Introdução**

Eu penso! Essa expressão demonstra a importância do pensamento para toda a tradição filosófica. Ela também pode ser identificada como *cogito* ou como filosofia da subjetividade. Nunca essa expressão ganhou tanta força na história da humanidade como no nascimento da modernidade. Mesmo no final da antiguidade, com o encontro entre a filosofia grega e a tradição bíblico-cristã, quando houve a formulação do *cogito* agostiniano afirmando o lugar do ser humano como centro da criação de Deus, a condição do ser humano diante de todo o universo nunca havia ganhado um papel de tamanha relevância, como ocorreu com a formulação do *cogito* cartesiano. Esse grande prestígio do ser humano a partir da modernidade é explicado pelas profundas transformações que ocorreram no nível da racionalidade. Essas mudanças tiveram um impacto tão forte em toda a organização do ser humano, seja enquanto indivíduo ou enquanto sociedade, que provocaram uma mudança radical em todas as suas estruturas, na compreensão do ser humano sobre si mesmo, nas relações do homem com seus semelhantes, nas relações com a natureza e também na visão do ser humano sobre Deus, como grande Ser Absoluto.

Com o nascimento da modernidade, houve a passagem da razão clássica, conforme pode ser entendida de acordo com as antigas tradições greco-romana e escolástico-medieval, para a razão moderna, implicando numa mudança das estruturas e dos universos simbólicos da civilização ocidental. Entre as consequências ocasionadas pelo deslocamento da razão clássica para a razão moderna, houve a alteração do ponto central do pensamento filosófico, antes baseado numa visão ontológica e na busca pela inteligibilidade do ser, para uma visão antropológica, em que o próprio ser humano é posto como a referência do universo

epistêmico. Com a Filosofia moderna a pergunta essencial deixou de ser aquela dirigida à essência e à busca pela substância, mas passou a ser questão fundamental sobre o próprio ser humano: “que é o homem?”. A resposta a essa pergunta coloca em evidência uma reflexão do sujeito sobre sua própria condição, isto é, demonstra um movimento de busca da compreensão do ser humano por si mesmo.

Dessa forma, este trabalho tem o objetivo principal analisar como a mudança do eixo filosófico da visão ontológica para a visão antropológica aponta inexoravelmente para uma profunda alteração em toda a interpretação do *ethos*, implicando no surgimento da Ética moderna. Em seguida, serão apresentadas as duas primeiras respostas filosóficas à questão sobre o ser humano. Primeiramente, será feita uma breve exposição da resposta elaborada por René Descartes, considerando sua ética de cunho racionalista, baseada nas regras do método a fim de elevar a razão, inclusive o pensamento ético, a um nível mais perfeito. Em segundo lugar, haverá a exposição do pensamento de Thomas Hobbes, demonstrando sua visão ética empirista, através de uma inserção total do sistema ético no pensamento político. Ao final, será demonstrado que, apesar das grandes diferenças entre o racionalismo ético de Descartes e o empirismo ético de Hobbes, há uma inovação e uma originalidade desses dois pensadores, levando-se em conta as suas buscas pela reconstrução de um novo universo ético, abrindo as portas da sociedade ocidental para a Ética moderna.

## **1. Surgimento e caracterização da Filosofia e da Ética modernas**

A história da Filosofia e da Ética modernas tem seu início com os diversos acontecimentos que se deram desde o final do século XV e se estenderam até os fins do século XVII. Esse período da história da humanidade é marcado por profundas transformações político-sociais que implicaram profundas alterações na forma do pensamento. No plano dos fatos, esse período foi marcado, sobretudo, pela ampliação da cultura ocidental para além das terras europeias, pelo nascimento do capitalismo mercantilista, pela formação dos Estados nacionais e pela reconfiguração das relações sociais, com o surgimento da burguesia e das corporações de ofício. No plano dos pensamentos, a modernidade foi marcada pelo surgimento do movimento humanista, pela emancipação da ciência moderna, com o predomínio da razão instrumental sobre os demais tipos de racionalidade, pela revolução copernicana, com a transferência do centro do universo da Terra para o Sol. No âmbito da

Filosofia, a passagem de um pensamento clássico-medieval para um pensamento moderno é simbolizada pela mudança da visão ontológica para a visão antropológica.

A passagem de uma época clássico-medieval para uma época moderna não ocorreu de forma brusca. Mas ela se deu a partir de uma série de fatos e com uma série de ideias que foram evoluindo no decorrer da história. Como movimento que se manteve no meio entre uma cultura e outra, Vaz aponta para o Renascimento, como período de transição da Idade Média para os tempos modernos, representando a ruptura da cultura cristã-medieval e a instauração de um novo tipo de humanidade, inspirado nos modelos da antiguidade greco-romana. Nesse sentido, Vaz entende o seguinte sobre o início da cultura, da Filosofia e da Ética modernas:

Já a ética moderna deve as suas origens a uma ampla e profunda mudança das estruturas e condições históricas e dos universos simbólicos da civilização ocidental, mudanças cujo desenrolar trouxe consigo o declínio e o fim da Ética cristão-medieval como *forma* de um ciclo civilizatório que chegava ao seu termo. (VAZ, 1999, p. 258).

A Renascença adquiriu duas faces bem distintas dentro da cultura filosófica. Por um lado, houve a busca pelo prolongamento da tradição filosófica sob a égide dos grandes fundadores das escolas antigas, como Platão e Aristóteles. Por outro lado, também trouxe a formulação de um pensamento dotado de bastante originalidade: a filosofia propriamente do humanismo. Essas inovações na cultura filosófica do século XV podem ser condensadas no movimento denominado como humanismo, que foi marcado pela prioridade do ser humano como referência para todo pensamento. Além disso, essa nova prática da filosofia resultou na chamada *Studia humanitatis*, que deu um lugar privilegiado para a temática do ser humano como *homo universalis*, priorizando o ensino de disciplinas como a gramática, a filologia e a eloquência, rebaixando o ensino da lógica e de outras disciplinas (ibid., p. 261-262).

Essa descontinuidade do mundo cristão-medieval provocou o surgimento de uma Ética renascentista, que é considerada como grande anunciadora da Ética moderna (ibid., p. 259-260). Segundo o pensamento da Ética renascentista, houve a ruptura da concepção platônico-aristotélica entre Política e Ética. A nascente ciência política veio a se portar como uma disciplina sobre o “discurso do poder”, cuja legitimação reside no seu êxito e na glória que o acompanha. O principal pensador, grande expoente dessa ruptura entre Política e Ética, foi Nicolau Maquiavel, cujas obras *O Príncipe* e *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* são consideradas como os textos fundadores da Política moderna (ibid., p. 264-265).

Além da Renascença e da ruptura entre Ética e Política, a Filosofia moderna foi profundamente marcada pelas transformações na ordem da própria racionalidade, que provocaram importantes e impactantes consequências na sociedade. Na ordem da razão

observou-se o declínio da racionalidade predominantemente metafísica que cedeu lugar para uma racionalidade fundamentada na física. Essa transformação decorre da nova visão e da nova forma de o ser humano se relacionar com a natureza. Antes, partia-se de uma visão da natureza como um organismo, considerando a humanidade como importante parte desse ser orgânico. Com a modernidade, a natureza passou a ser vista como uma máquina, dando ensejo para a visão mecanicista. A partir disso a natureza passou a ser compreendida como um conjunto de diversas peças e engrenagens que se conectam para funcionarem devidamente. O ser humano, nessa visão mecanicista, também se insere como um grande descobridor dos diversos processos e, com sua racionalidade instrumental, também se põe como autor de outras tantas invenções. Essa nova relação do ser humano com a natureza significa que a razão *poiética* veio predominar sobre a razão *teórica*, levando ao surgimento do tecnicismo, impulsionado pela criação de novos objetos.

Todos esses grandes acontecimentos e essas novas formas de pensar iniciadas no século XV implicaram profundas transformações na visão do ser humano sobre a sociedade. Considerando que antes havia um antigo paradigma organicista, de predominância vitalista, que deu lugar para um novo paradigma mecanicista, de predominância físico-matemática; a sociedade passou a ser comparada a uma máquina, em que deve haver o bom funcionando a partir de uma harmonia entre todas as suas engrenagens (ibid., p. 268). Diante dessa comparação entre a sociedade e uma máquina, na sociedade também há várias partes que deveriam estar relacionadas de forma harmônica, cada uma desempenhando as respectivas funções. Assim, o mecanicismo leva à dissolução do antigo *cosmos* e à crise da Metafísica clássica, dando lugar a uma metafísica moderna, centrada na racionalidade do sujeito.

Em síntese, o declínio da Ética cristão-medieval, a ruptura entre Política e Ética, as transformações no âmbito da racionalidade, a concepção mecanicista de natureza, a comparação da sociedade a uma máquina, todas essas mudanças provocaram o surgimento da Ética moderna. Começa a modernidade, conforme entendido por Vaz, como a nova forma de Razão e nova forma de prática racional:

Se nos representarmos, o que é perfeitamente aceitável, a história da cultura ocidental como cultura que coloca no centro do seu universo simbólico a Razão (ou o *logos* racional) e tem seu início na Jônia do VI século a.C., poderemos então descrever a história dessa cultura como uma sucessão de *modernidades*, de acordo com a concepção da Razão e o tipo de prática racional que então prevalecem. Nesse sentido convém situar o início da *modernidade* que é a nossa e na qual ainda vivemos, no século XVII. Com efeito, é no início desse século que uma nova *forma* de Razão e um novo *estilo* de prática racional irão caracterizar a profunda originalidade da revolução *científica* galileiana das revoluções *filosóficas* protagonizadas por Descartes e Hobbes, emergem das longas preparações medievais e renascentistas. (ibid., p. 267-268)

Essas transformações na sociedade ocidental e suas sucessivas consequências podem ser entendidas através da passagem do paradigma organicista para o paradigma mecanicista. No plano da ética, esse mecanicismo será o divisor de águas e o fundamento de uma Ética moderna, definida pela subjetividade e pela consciência primordial do dever-ser. Considerando todas essas mudanças na sociedade ocidental, identificam-se duas principais correntes da Ética moderna resultantes dessa nova racionalidade mecanicista: a Ética racionalista cartesiana e a Ética empirista hobbesiana. Assim, esse comentário vem expor cada um desses dois pensamentos com o intuito de demonstrar como eles foram as matrizes pioneiras que possibilitaram nascimento de uma nova forma de pensar a Ética.

## **2. A Ética racionalista cartesiana: “penso, logo existo”**

Apesar de René Descartes ser considerado como a primeira grande referência ao se falar no surgimento de uma Ética moderna, esse pensador não chegou a viver o suficiente para escrever um tratado perfeito e definitivo de Ética. Mesmo assim, não há como negar a grande intuição e originalidade do pensamento cartesiano ao formular sua filosofia sobre a subjetividade e ao identificar a influência do mecanicismo, presente na nova forma de fazer ciência, no pensamento filosófico do ser humano e na sua relação com o universo.

De modo geral, a grande originalidade de Descartes está representada pela sua teoria do *cogito*. Questionando toda a tradição clássica e escolástica do conhecimento, Descartes percebeu que a recém-criada ciência moderna exigia uma nova forma de se relacionar com o universo. Primeiramente, Descartes pôs todo o conhecimento em suspensão, apontando para a dúvida da existência do “eu” (*res cogito*), de “Deus” (*res infinita*) e da “natureza” (*res extensa*). A partir dessa dúvida radical, conforme ele escreveu em suas obras *Discurso sobre o método* e *Meditações*, buscou-se provar, utilizando-se estritamente a própria razão para tal, a existência do “eu”. Somente a partir dessa prova racional da *res cogito*, considerada como aquela mais segura e confiável, é que se pôde passar para a prova racional da existência de Deus e de todas as demais coisas da natureza. Essa prova racional fundamentada no sujeito foi consagrada na famosa expressão “penso, logo existo”, que marcou o pensamento cartesiano como a filosofia da subjetividade ou como a filosofia do cogito. Essa expressão pode ser observada nos seus escritos *Discurso sobre o método*, conforme o seguinte:

[...] pensar que tudo era falso, fazia-se necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, ao notar que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão sólida e tão correta que as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de lhe causar

abalo, julguei que podia considerá-la, sem escrúpulo algum, o primeiro princípio da filosofia que eu procurava. (DESCARTES, 1978, p. 66-67)

Outra grande e impactante intuição do pensamento cartesiano para a formulação da Ética Moderna encontra-se no seu método. Sabe-se que o mecanicismo, ao priorizar a *poiesis* sobre a *theoria*, submete toda ciência a um alto rigor metodológico, através da construção e da organização de várias regras previamente definidas. Isso significa que as essências não são mais reveladas pelas experiências sensíveis que precedem à razão, conforme afirmava o organicismo; mas as essências surgem da experimentação metódica, fruto dos processos da razão poiética do sujeito, submetendo-se a uma organização cujas regras já estão previamente definidas. Sobre o mecanicismo cartesiano, Vaz entende que a “acepção que recebe a partir de Descartes, define-se pela primazia absoluta da atividade *poiética* no exercício da razão que encontra seu modelo privilegiado na construção da *máquina*” (VAZ, 1999, p. 277).

Diante do rigorismo proposto por Descartes, observam-se determinados passos a serem observados para se obter um método seguro. Em outras palavras, ele formula quatro etapas para um método que se pretende como o verdadeiro para chegar ao conhecimento de todas as coisas. Esses quatro preceitos do método cartesiano são: 1) a evidência, “nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal”; 2) o procedimento analítico, “repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las”; 3) o procedimento sistemático, “conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me até o conhecimento dos mais compostos”; e 4) a enumeração e a revisão, “efetuar relações metódicas e revisões na certeza de nada omitir” (DESCARTES, 1978, p. 40). Essas quatro etapas demonstram que o estudo de qualquer temática, seja na área da ciência moderna como na área da Filosofia, deveria seguir uma ordem como se tratasse do estudo de uma máquina, considerando-se primeiramente cada parte em sua singularidade para, em seguida, entender o todo composto pelas várias partes. Importante salientar que esse rigor metodológico de Descartes tem a finalidade de oferecer um conhecimento seguro e preciso sobre qualquer assunto, a fim de evitar qualquer tipo de engano.

Diante dessas duas inovações apresentadas no pensamento cartesiano, foi possível reformular uma nova estrutura do saber, apresentada através da metáfora da árvore do conhecimento. A Raiz é a metafísica. O tronco vem a ser a física. Os ramos são a Mecânica (como conhecimento do mundo), a Medicina (como conhecimento da natureza) e a Moral (como o conhecimento da vida humana feliz).

Sobre a disciplina da Moral, conforme formulada por Descartes, tomam-se seus escritos sobre a moral provisória que estão apresentados em sua obra *Discurso sobre o método*, considerada como a carta de identidade do cartesianismo e como grande obra fundadora da Ética moderna. Através de sua moral provisória, Descartes veio criticar toda a tradição da Ética escolástica, demonstrando como os vários ensinamentos recebidos por ele nas clássicas escolas da França possuíam vários enganos o levavam a cometer graves erros no entendimento. Porém, Descartes, em sua breve vida, nunca chegou a escrever um tratado final sobre a sua moral, conforme seria construída de acordo com sua árvore do conhecimento. Ele somente chegou a enumerar suas quatro máximas morais reconhecendo a necessidade de se aceitar a moral clássica até a formulação de uma nova. Essas quatro máximas da moral provisória cartesiana são: 1) obedecer às leis e aos costumes, mantendo a religião e se conduzindo de acordo com as opiniões mais moderadas; 2) ser o mais firme e decidido possível nas ações; 3) procurar antes vencer a si próprio do que o destino, antes modificar os próprios desejos do que a ordem do mundo; e 4) revisar as diferentes ocupações que os homens exercem nesta vida e progredir no conhecimento da verdade de acordo com o método a que se determinou (ibid., p. 49-57).

Além disso, deve-se ter em conta que Descartes chegou a trocar uma série de correspondências com personalidades como a rainha Cristina, tratando sobre algumas de suas ideias a respeito da temática ética. Esses escritos foram reunidos na obra *Les passions de l'âme*, considerados por muitos autores como o primeiro grande texto de Ética moderna. Entretanto, por esses escritos não constituírem um todo sistemático do pensamento cartesiano, a obra *Discurso sobre o método* é considerada como aquela fundadora da Ética moderna.

Vaz entende que Descartes tentou elaborar uma nova moral, baseada na sabedoria, ou seja, no conhecimento verdadeiro buscado pelo sujeito, a fim de garantir uma maior transparência à razão. Além disso, essa Ética possui um caráter profundamente espiritualista, tendo em vista a grande relevância do “Eu penso”, uma vez que há um bem a ser realizado pela ação e uma verdade a ser contemplada pela razão. Considerando que a Metafísica é a raiz de todo o conhecimento, há um fundamento necessário para a mais alta e perfeita moral cartesiana que ultrapassa o domínio da razão poética, considerando a ideia de Deus como o fundamento metafísico da verdade e da existência do mundo:

Ao reconhecer-se no livre-arbítrio a infinitude que o torna em nós a expressão adequada da imagem de Deus, Descartes reconhece igualmente na liberdade uma natureza metafísica absoluta que excede infinitamente na capacidade *poética* da razão e que tendo se concretizado num *ethos* histórico, impõe à “mais alta e perfeita moral” a referência explícita à sua raiz metafísica, ou seja, Deus como Liberdade infinita e à alma espiritual e imortal. (VAZ, 1999, p. 287)

Assim, o pensamento ético de Descartes possui uma grande originalidade ao colocar o homem, através do seu *cogito*, como a prioridade fundante de todo o seu sistema do conhecimento. Contudo, pelo fato de Descartes fundamentar seu sistema na Metafísica e na ideia de Deus, ainda observa-se uma forte conexão com os temas consagrados pela Ética clássica. Em síntese, Vaz afirma que há na filosofia cartesiana “a prioridade fundante do *Eu penso*, a necessária conexão entre evidência e verdade, e a sequência da ordem das razões coroada pela Ética” (ibid., p. 279).

### **3. A Ética empirista hobbesiana: “penso, logo a matéria pensa”**

O mecanicismo que imperou na civilização ocidental não teve a doutrina de Descartes como único desdobramento na filosofia e na Ética. Uma alternativa ao pensamento cartesiano foi o pensamento filosófico de Thomas Hobbes. Nas linhas escritas por esse outro autor da modernidade também se observa como a grande influência do mecanicismo está presente em seus pensamentos, através de sua crítica às filosofias clássica e escolástica, de sua nova forma de conceber a sociedade e das nascentes ideias do contratualismo moderno.

Uma semelhança entre Descartes e Hobbes, além de serem ambos considerados como dois pioneiros da Ética moderna, é que nenhum deles chegou a escrever um tratado que versasse especificamente sobre a temática moral. Descartes não teve tempo para isso, tendo em vista sua curta vida. Em Hobbes, a sua Ética está integrada à sua Política, uma vez que a primeira foi totalmente submetida à segunda, não restando nenhum espaço a ser ocupado pelas clássicas questões da filosofia moral.

Porém, no âmbito da Ética há diferenças cruciais entre o paradigma cartesiano e o paradigma hobbesiano. Em Descartes, a ética está fundada na primazia da razão, configurando-se como uma Ética racionalista, de acordo com sua filosofia espiritualista representada pelo *cogito*. Já em Hobbes, a ética está fundada na primazia do corpo, sendo entendida como uma Ética empirista, uma vez considerado o materialismo radical da filosofia hobbesiana. Segundo Vaz, a opção inicial de Hobbes exclui qualquer abertura para uma metafísica do ser ou da liberdade. Com isso, há a adoção de uma posição anticartesiana, dando uma expressão incisiva ao materialismo. Vaz faz o seguinte comentário a respeito da rejeição de Hobbes ao *cogito* racionalista cartesiano:

A ideia de corpo, que é o *primum ontologicum* da visão hobbesiana, é, na verdade, uma ideia metafísica resultante da crítica radical à ideia do *ser* da metafísica aristotélica e reivindicado, como esta, a extensão lógica de uma noção de *transcendental* abrangendo Deus e todas as coisas criadas. A expressão mais incisiva

desse materialismo metafísico pode ser encontrada talvez na conclusão rigorosamente anticartesiana que Hobbes infere do *Eu penso*: penso, logo a matéria pensa (*2ème. objection, Oeuvres phil., II, p. 602*). (ibid., p. 298)

Para se compreender tanto o materialismo radical do pensamento de Hobbes como a submissão da Ética à Política, é preciso analisar sua visão sobre a natureza do ser humano e suas ideias a respeito do contrato social e das leis de natureza. Os dois grandes tratados de Hobbes que versam sobre essa temática são sua famosa obra intitulada *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* e sua outra obra *Do cidadão*. Conforme ele dispõe no *Leviatã*, o ser humano, no estado de natureza, possui uma vida “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” (HOBBS, 1979, p. 76). Dessa forma, esse estado de natureza pode ser caracterizado como uma situação de discórdia e de competição, como um estado de guerra em que os seres humanos vivem, “uma guerra que é a de todos os homens contra todos os homens” (ibid., p. 75). No estado de natureza hobbesiano não existe justiça, não há direito e nem ética, mas todos podem fazer de tudo para defender e conservar sua própria vida.

Diante desse cenário de guerra e de caos, a lei fundamental ditada pela razão, a primeira lei de natureza, estabelece a necessidade para se garantir o direito à paz e à conservação da própria vida. Então, os homens renunciam e transferem alguns de seus direitos para constituir o contrato social. Assim, surge a sociedade civil, como resultado da segunda lei de natureza, conforme foi demonstrado pelo próprio Hobbes em sua obra *Leviatã*:

*Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo.* (ibid., p. 79).

Dessa forma, Vaz entende que a passagem do estado de natureza para o domínio da sociedade civil fundamenta-se no contrato social, em que há uma gênese da esfera ético-política onde a aspiração fundamental à paz deve ser garantida e onde se torna possível a observância das leis naturais (VAZ, 1999, p. 302). Quando os seres humanos firmam o pacto e deixam o estado de guerra de todos contra todos, surgem os ideais como a justiça, o direito, a ética. A presença das leis fundamentais de natureza demonstra como elas subjagam toda a organização da sociedade, uma vez aceita a visão pessimista sobre a natureza humana, evidenciando a necessidade de se firmar o contrato social, formando o Estado moderno, criando o *Leviatã*, como forma de assegurar e controlar a vida e a paz dos indivíduos.

Conforme Hobbes apresenta nas suas duas obras sobre Política, sua Ética e todo o conjunto normativo sobre o comportamento e a organização da sociedade estão direcionados para a busca da paz e pra a conservação da vida, demonstrando a imprescindibilidade da

obediência de uns homens a outros. Fala-se sobre a importância da obediência, uma vez que todos devem realizar o que for determinado pelo soberano e o que estiver disposto no contrato social, a fim de garantir seu fiel cumprimento. Tal ética tem um caráter normativo bem definido por ser um conjunto de regras derivado do próprio contrato social, que por si provém das próprias leis da natureza. Dessa forma, Bobbio entende que a Ética de Hobbes está totalmente submetida à sua Política, uma vez que ela deriva do próprio pacto social. Uma Ética atrelada à Política afirma que para uma ação ser ética e justa, ela deve estar identificada com o contrato social. Conforme aponta Bobbio, “a ação justa é aquela que se dá conforme a lei que deriva da vontade do soberano, expressa com base nas condições estipuladas no pacto social, enquanto injusta é aquela não conforme” (BOBBIO, 2001, p. 103).

Como consequência dessa visão sobre a formação e a organização da sociedade, Hobbes relacionou a lei natural a um fim determinado, que é a busca da paz. Há um aspecto teleológico da Ética hobbesiana presente no contrato social, em que qualquer que seja o comportamento ou ação humana, ela deve estar submetida a essa primeira lei natural, que é a busca da paz e, conseqüentemente, a conservação da própria vida. Esse bem supremo é o que vai determinar uma ação como sendo boa ou má. Não é mais a ação em si mesma que será considerada boa ou má, mas ela estará sempre avaliada segundo a moralidade em relação a um determinado fim. Assim, essa formulação da paz como fim e bem supremo de toda Política e de toda Ética aponta para uma visão utilitarista assumida por Hobbes. Importante observar que, mais tarde, essa visão utilitarista e subjetivista da ética será largamente desenvolvida por David Hume.

Dessa forma, na filosofia de Hobbes, os seres humanos se encontram num estado de natureza, de guerra de todos contra todos, e, para sair desse estado, há a primeira e a segunda leis de natureza, fundamentando a formação da sociedade civil e estabelecendo as leis positivas. Segundo o entendimento de Bobbio, há uma total conciliação entre lei natural e lei positiva no sistema hobbesiano, uma vez que a lei natural serve de fundamento para a lei civil: “que a norma ou as normas fundamentais do sistema sejam leis naturais, não deriva nenhum argumento decisivo contra o positivismo jurídico hobbesiano; ao contrário, se isso é possível, tal positivismo sai reforçado” (ibid., p. 128).

Através da ideia do contrato social, o pensamento ético-político de Hobbes rompe com a ética platônica em não reconhecer mais um bem absoluto, mas relativizando esse bem em vista de uma determinada finalidade. Hobbes também rompe com a ética aristotélica, baseada

na virtude e na realização do ser humano. Diante dessa quebra dos paradigmas éticos da antiguidade, Vaz afirma que:

Toda a esfera do *agir* do indivíduo na sociedade civil está circunscrita por sua condição de *civis*. Uma ética fundada sobre a tendência do indivíduo para um *bem objetivo* e sobre o finalismo da *eudaimonia* que dela decorre é totalmente impensável na perspectiva hobbesiana. Nesse sentido, Hobbes abre um caminho inteiramente novo para o pensamento ético na cultura moderna ocidental que será seguido, ainda que por sendeiros diversos, por uma grande e, sobe certos aspectos, dominante corrente de teóricos da moral que se reconhecerá nos epítetos vulgarizados *naturalismo*, *relativismo cultural* e *subjetivismo*. (VAZ, 1999, p. 304)

Diferentemente do racionalismo de Descartes, portanto, Hobbes formula um sistema ético totalmente inserido no seu pensamento político. Através da passagem do estado natureza para a sociedade civil, é possível entender que sua Ética está fundada nas leis de natureza que, por sua vez, fundamentam e se desdobram nas leis estabelecidas pelo contrato social. Por meio desse pacto, cada indivíduo reconhece a necessidade de renunciar e transferir seus direitos para a formação da sociedade civil, em prol de um bem supremo e último que é a busca pela paz e a conservação da própria vida. Esse é o sistema da Ética empirista conforme proposto por esse emblemático pensador da modernidade, em que se destaca a obediência ao contrato social, inclusive no que diz respeito à Ética.

## **Conclusão**

Tanto Hobbes como Descartes fazem uma reconstrução de um novo universo ético, abrindo as portas da sociedade ocidental para a Ética moderna, rompendo com a antiga tradição clássica. O mecanicismo como uma nova forma de racionalismo está presente tanto na Ética cartesiana como na Ética hobbesiana. Na primeira, ele se insere através do rigor metodológico e na busca pelo conhecimento da verdade das coisas a partir de uma prova exclusivamente racional. Na segunda, ele é encontrado no método lógico-dedutivo originário no contrato social, baseado nas leis da natureza, que servem de fundamento lógico para todas as demais regras ético-políticas da sociedade civil.

Esse comentário mostra que tanto Descartes como Hobbes foram dois grandes pensadores que buscaram pensar uma nova Ética. Diante disso, cabe indagar quem tem prioridade para ser considerado como fundador da Ética moderna: Descartes ou Hobbes? De acordo com VAZ, apesar de ambos os filósofos terem publicado suas obras principais na mesma época, apesar de ambos terem vivido num importante contexto das mudanças intelectuais provocadas pela revolução científica, Descartes deve ser considerado como aquele que tem prioridade com relação à proposta de uma Ética Moderna. Isso se deve pelo fato de

Descartes, na ordem das razões, ainda conceber a possibilidade de um dualismo do ser humano entre alma e corpo e por ainda colocar pensamento fundamentado na Metafísica. Já Hobbes deu um passo além contra a Ética clássica e medieval, afirmando seu materialismo radical, excluindo qualquer abertura para uma metafísica da liberdade (ibid., p. 294).

Assim, tanto no sistema da Ética cartesiana como no sistema da Ética hobbesiana há uma prioridade desempenhada pelo sujeito. O sujeito, como “eu penso”, se encontra no centro de ambas as filosofias, uma vez que ambos os pensadores rejeitaram a visão ontológica da filosofia para afirmar sua visão antropológica. No pensamento de Descartes e no pensamento de Hobbes, o ser humano ocupa o lugar central e é a partir dele que se constrói todo o conhecimento, inclusive o sistema da Ética. Porém, Descartes deu relevância para o aspecto da alma, constituindo uma ética de cunho totalmente racionalista. Já Hobbes deu uma relevância para o corpo do ser humano, enquanto indivíduo e enquanto sociedade, afirmando o seu empirismo. O racionalismo ético-metafísico da tradição cartesiana, de um lado, e o empirismo ético-político que procede de Hobbes, por outro lado, são as duas grandes matrizes que vão possibilitar a formação da ética kantiana da crítica à razão.

## Referências

BOBBIO, Norberto. *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

DESCARTES, René. *Discurso sobre o Método*. São Paulo: Hemus Editora, 1978.

DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo, Editora Nova Cultural: 1999.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de Filosofia IV. Introdução à Ética Filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999.